



## **A ATUAÇÃO DOS ACADÊMICOS COMO VETORES DA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)**

O presente trabalho aborda a contribuição social dos estudantes do curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Porto Velho, para a efetivação do acesso à justiça no estado. O acesso à justiça, garantido constitucionalmente (art. 5º, XXXV, CF/88), transcende o mero ingresso no Judiciário, significando a remoção de obstáculos econômicos, sociais e culturais que impedem populações vulneráveis de reivindicar seus direitos. Neste contexto, a universidade pública, por meio de seus cursos jurídicos e em cumprimento ao tripé ensino, pesquisa e extensão, emerge como um ator fundamental na redução do déficit de assistência jurídica, especialmente em uma região com as complexidades socioeconômicas e geográficas da Amazônia.

### **Problema**

Diante da crescente demanda por serviços jurídicos gratuitos e da capacidade limitada dos órgãos estatais de assistência, como a Defensoria Pública, surge o seguinte problema de pesquisa: De que forma as atividades desenvolvidas pelos estudantes de Direito da UNIR, incluindo o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), projetos de extensão em presídios, grupos de pesquisa e eventos, contribuem efetivamente para a promoção do acesso à justiça e para a conscientização de direitos em Rondônia?

### **Objetivos**

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição dos estudantes do curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Porto Velho, para a efetivação do acesso à justiça pela população vulnerável do estado de Rondônia.

Para alcançar esse propósito, busca-se descrever o funcionamento e o impacto do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UNIR no atendimento à comunidade hipossuficiente; examinar a relevância de projetos de extensão específicos, como as ações realizadas nos presídios de Porto Velho voltadas à revisão de penas; identificar de que forma a prestação de assistência jurídica e judiciária pelos discentes supre lacunas deixadas pelo sistema oficial de justiça; mapear a atuação dos grupos de pesquisa na investigação de problemas jurídicos locais e na formulação de soluções; e verificar o papel de eventos



conscientizadores — como seminários, palestras e oficinas — na promoção da educação em direitos e na sensibilização da comunidade acadêmica e externa.

## **Metodologia**

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, centrado nas atividades do curso de Ciências Jurídicas da UNIR, campus Porto Velho. Para a coleta de dados, foram utilizadas técnicas de revisão bibliográfica e documental (análise de relatórios do NPJ, editais de extensão, produções de grupos de pesquisa).

A metodologia envolve a observação participante, fundamentada na vivência da autora como aluna do curso de Ciências Jurídicas da UNIR, campus Porto Velho.

A Universidade, embora tenha diversos percalços e entraves de variadas ordens, permite aos acadêmicos um acompanhamento direto das rotinas do NPJ, a participação em mutirões e eventos, e a interação com docentes, discentes e a comunidade assistida, proporcionando uma visão aprofundada e interna dos processos e seus impactos.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados preliminares indicam que a atuação discente é um mecanismo vital para a democratização da justiça em Rondônia. O NPJ não se limita a ser um laboratório de prática processual; ele é a principal porta de entrada para a justiça para centenas de cidadãos anualmente, fornecendo assistência jurídica (consultoria, mediação, conciliação) e judiciária (ajuizamento e acompanhamento de ações).

Destacam-se os projetos de extensão, como as ações de revisão de penas nos presídios, que atuam em um campo crítico de direitos humanos, identificando casos de excesso de execução penal ou de progressão de regime, suprimindo uma demanda que a Defensoria Pública, sobrecarregada, nem sempre consegue atender com a celeridade necessária.

Os grupos de pesquisa (ex: DEPSA, NORDIRDES, DPPAO, DCOAJUDS entre outros) aprofundam o debate sobre as realidades locais (conflitos agrários, questões indígenas, violência urbana) e fomentam um pensamento crítico que se reflete na prática jurídica.

Por fim, os eventos conscientizadores extrapolam os muros da universidade, levando informação jurídica em linguagem acessível a bairros, escolas e comunidades ribeirinhas, focando na prevenção de litígios e no empoderamento cidadão.

Conclui-se que os estudantes de Direito da UNIR, por meio dessas múltiplas frentes, não apenas desenvolvem competências técnicas e humanísticas essenciais, mas também exercem ativamente a função social da universidade, sendo agentes diretos na redução da desigualdade e promoção do acesso ao sistema de justiça em Porto Velho-Rondônia.